

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DE INDUÇÃO AO GERENCIALISMO NA ESCOLA BÁSICA: o caso do Pará e Maranhão

Francisco Willams Campos Lima¹Maria Gorete Rodrigues de Brito²Gardênia Salazar Rodrigues da Silva³Albiane Oliveira Gomes⁴

RESUMO

O gerencialismo tem como base a ideia de que os valores do mercado devem ser o parâmetro de referência para quaisquer outras áreas, motivo pelo qual foi intensificado nas políticas públicas educacionais do Brasil desde os anos 1990 até os dias atuais. O objetivo deste trabalho é analisar em que medida os programas “Pacto pela Educação do Pará” e “Escola Digna” no Pará e Maranhão, respectivamente, são pautados pela lógica neoliberal, com indução ao gerencialismo. Por meio de pesquisa bibliográfica e documental, os resultados revelaram que tais políticas possuem simetrias quanto à valorização dos aspectos gerenciais, especialmente em relação ao fomento de gestão por resultados, meritocracia e premiação.

Palavras-chave: Gerencialismo nas políticas públicas educacionais; Pacto pela Educação do Pará; Escola Digna.

ABSTRACT

Managerialism bases itself on the idea that market-driven values must be the frame of reference for whatever area there is, this being the reason why it has been intensified within public education policies in Brazil since the 1990s until current times. This paper aims at analyzing to which measure the programs “Pacto pela Educação do Pará” (i.e. Pact for Education in Pará) and “Escola Digna” (i.e. Dignified School) in Pará and Maranhão states, respectively, are build upon a neoliberal logic, that ends up inducing to managerialism. Through bibliographical and document analysis, results showed how such policies have symmetries regarding the upholding of managerial features, especially when fomenting result-oriented management, meritocracy, and rewarding practices.

Keywords: Managerialism within public education policies; Pacto pela Educação do Pará; Escola Digna.

¹ Universidade do Estado do Pará; Doutor em Educação; E-mail: wilamscampos@yahoo.com.br

² Universidade Federal do Pará; Mestra em Educação Básica; E-mail: mariagoretebrito2011@hotmail.com

³ Universidade Estadual do Maranhão; Mestra em Educação; E-mail: gardsalazar@yahoo.com.br

⁴ Universidade Estadual do Maranhão; Doutora em Educação; E-mail: albiane11@hotmail.com

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

1 INTRODUÇÃO

A gestão democrática na escola pública brasileira é um direito assegurado na Constituição Federal de 1988, que a preconiza como uma das bases para o ensino de qualidade (BRASIL, 1988). Isso reflete em um comprometimento por parte do Estado com o fomento de práticas oriundas de diálogos no interior da escola básica, nas quais os gestores possuem papel de destaque nas deliberações. Além disso, conforme preconiza o Art. 206 da Carta Magna, há um relativo distanciamento entre a figura desse gestor e aqueles perfis de gerente do mundo dos negócios, os quais são sobretudo voltados para o controle.

Paro (2002) entende que a gestão é a racionalização dos meios para alcançar finalidades desejadas da melhor forma possível. Dessa forma, conforme enfatiza o pesquisador: “Em se tratando de relações sociais, não é possível alcançar fins promotores da democracia e da afirmação de sujeitos históricos a partir da utilização de meios que não sejam democráticos” (PARO, 2002, p. 17). Nas palavras do autor, quando falamos das finalidades escolares – dentre as quais tem centralidade a constituição de alunos críticos –, é indispensável o diálogo permanente entre os partícipes escolares, o que torna imprescindível haver administradores escolares com perfil democrático.

Nesse debate, Santos (2013) contribui destacando como administração é sinônimo de gestão em sua função essencial de organizar. Trata-se de uma posição com a qual concordamos, em especial, na gestão escolar, que muitas vezes é responsabilizada diretamente por todos os encaminhamentos da escola, por aquilo que se traduz no sucesso ou não da instituição. Por esse exato motivo, suas decisões devem ser racionalizadas.

Uma ação é racional na medida em que é orientada para um objetivo claramente formulado, ou para um conjunto de valores, também claramente formulados e logicamente consistentes. Em segundo lugar, uma ação é racional quando os meios escolhidos para se atingir os objetivos são os mais adequados (SANTOS, 2013, p. 5).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



A partir dessas exigências da rotina do gestor escolar, o cargo é permeado por desafios, porque esse profissional deve conduzir da melhor forma possível as necessidades técnicas, políticas e pedagógicas do ambiente educacional formal. Isso, porque as deliberações da escola sob sua responsabilidade refletem também em seu perfil público, sempre em constante análise pela comunidade escolar. Além disso, o gestor assume posicionamentos inerentes ao cargo, cujas decisões precisam ser encaminhadas não só internamente, com professores, alunos, serviço de apoio etc., bem como externamente, com as Secretarias de Educação e outros órgãos, por meio de parcerias.

Em função dessas deliberações baseadas em políticas já estabelecidas de modo prévio, que muitas vezes devem somente ser executadas nas escolas, o gestor escolar em algumas situações pode se ajustar a um perfil menos democrático e mais gerencialista. Esse proceder se dá quando o alcance dos índices passa a nortear a organização da escola; conseqüentemente, o foco em ensino-aprendizagem pode ser fragilizado quanto à perspectiva de formação humana e por sua subsunção à racionalidade mercantil, que almeja gestão por resultados.

Exemplos dessa indução gerencialista por meio de políticas públicas podem ser observados nos estados do Pará e Maranhão, aqui analisados com destaque, por meio do “Pacto pela Educação do Pará”, lançado em 2013, e da “Escola Digna”, de 2015, respectivamente. Esses programas foram escolhidos em razão de interferirem na organização da escola básica, principalmente na atuação dos gestores escolares, que têm seu perfil alterado pelos novos critérios estipulados nas duas redes estaduais de ensino.

Nesse viés, o objetivo do trabalho consiste em analisar as políticas públicas educacionais de indução ao gerencialismo na escola básica por meio do caso do Pará e Maranhão. A partir de dois casos, pretendemos mapear como a figura do gestor escolar sofre conseqüências ao ter um alinhamento menos democrático e mais alinhado com os gerentes “controladores”, os quais possuem como base de trabalho o alcance dos índices.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Para isso, faremos uso da pesquisa bibliográfica (GIL, 2002), realizada a partir do levantamento de artigos, capítulos de livros, teses e similares publicações sobre o assunto aqui abordado, isto é, a vertente do gerencialismo na escola básica pública por meio de políticas educacionais. Também faremos uso da pesquisa documental, recorrendo a documentos oficiais, como: o Plano Diretor de Reforma do Estado (PDRAE) de 1995; a lei que aprovou o “Escola Digna”; e alguns documentos decorrentes do “Pacto pela Educação do Pará”. De modo específico, esse material permite apresentar nuances do fenômeno concreto, já que muitos deles ainda não tiveram a análise devida, capaz de levar em considerações a amplitude de suas implicações e a riqueza de detalhes a seu respeito (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

O presente texto está dividido da seguinte forma: 1) Introdução; 2) subitem intitulado “As bases do gerencialismo na política educacional brasileira”, que faz uma retomada de sua intensificação desde os anos 1990 até os desdobramentos atuais; e o subitem intitulado “Do Pacto pela Educação do Pará ao Escola Digna: simetrias dos aspectos gerenciais”, o qual destaca como as duas ações educacionais estaduais convergem quanto a sua proposta de melhoria do cenário educacional a partir de padrões neoliberais.

2 AS BASES DO GERENCIALISMO NA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA

A vertente gerencial no serviço público no Brasil foi impulsionada na conjuntura dos anos 1990, logo após a promulgação da Constituição Federal de 1988. As eleições presidenciais à época fomentavam uma suposta disputa entre modernização e atraso nacional, pautada em valores como resultados numéricos e diálogos, respectivamente. Tudo isso tinha como propósito a comercialização ou ampla difusão do gerencialismo entre a população, pois este era colocado como a melhor alternativa para fazer o país trilhar a esteira das nações desenvolvidas, o que perpassaria pelo apoio e aprovação popular no fomento de consensos.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Seu marco ocorreu com a aprovação do PDRAE na gestão de Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995-2002), que utilizou elementos bem condizentes com o modelo neoliberal de estímulo à privatização, à competição e à desresponsabilização do Estado com a área social, o que refletiu diretamente nas políticas educacionais. Com base no plano que delimitou a reforma do Estado, a ideia era fazer com que os setores sociais funcionassem a partir da lógica racional das empresas privadas, que, segundo o discurso oficial, seriam qualificadas por cumprirem metas e gastarem recursos financeiros de forma eficiente. Assim, o setor público deveria se adequar ao modo de operação do setor privado e da gestão gerencial. O próprio *Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado* (PDRAE) postula que:

É preciso, agora, dar um salto adiante, no sentido de uma administração pública que chamaria de “gerencial”, baseada em conceitos atuais de administração e eficiência, voltada para o controle dos resultados e descentralizada para poder chegar ao cidadão, que, numa sociedade democrática, é quem dá legitimidade às instituições e que, portanto, se torna “cliente privilegiado” dos serviços prestados pelo Estado. É preciso reorganizar as estruturas da administração com ênfase na qualidade e na produtividade do serviço público; na verdadeira profissionalização do servidor, que passaria a perceber salários mais justos para todas as funções. Esta reorganização da máquina estatal tem sido adotada com êxito em muitos países desenvolvidos e em desenvolvimento (BRASIL, 1995, p. 7).

A gestão gerencial foi utilizada nesse Plano também como forma de crítica ao serviço público, tido como ineficiente, burocrático e atrasado no seu fluxo organizacional. Portanto, deveria ser rapidamente adaptado para corresponder aos investimentos financeiros do Estado na alteração do perfil de gestor local, que, por sua vez, deveria ser mais ágil, controlar a(s) equipe(s) e cobrar por metas, que passariam a ser o principal instrumento para mensurar êxito.

O grande problema do setor público, segundo o PDRAE, seria a ineficiência da dos gestores, e não a falta de recursos – fato que se constitui como uma falácia. A culpa por essa suposta ineficiência foi atribuída exclusivamente aos gestores públicos, desconsiderando diversos outros fatores, tais como: poucos funcionários para executar atividades nas diversas áreas; estrutura física precária; ausência de

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



concursos públicos e de treinamento aos servidores para executar funções distintas dentro da mesma instituição; recursos condizentes com as reais necessidades; e demais questões que não justificavam a possível incompetência dos gestores públicos e valorização das vertentes do mercado.

Segundo esse viés, os aspectos gerenciais estão em consonância com os ditames do neoliberalismo como modelo de condução da vida social. Na perspectiva de Harvey (2011, p. 16), o neoliberalismo se trata de um

[...] projeto de classe que surgiu na crise dos anos 1970. Mascarada por uma retórica sobre liberdade individual, autonomia, responsabilidade pessoal e as virtudes da privatização, livre-mercado e livre-comércio, legitimou políticas draconianas a restaurar e consolidar o poder da classe capitalista. Esse projeto tem sido bem-sucedido, a julgar pela incrível centralização da riqueza e do poder observável em todos os países que tomaram o caminho neoliberal. E não há nenhuma evidência de que ele está morto.

A partir desse padrão social proposto por uma classe dominante, as vertentes de setor privado da mercantilização de tudo se acentuam no espaço público, em especial na forma de gestão. Com isso, é o padrão privado que deve ser seguido para que a sociedade tenha avanços econômicos e sociais, porque o “gerencialismo é parte do diagnóstico neoliberal de que a crise está no Estado e o mercado é parâmetro de qualidade” (PERONI; CAETANO; VALIM, 2021, p. 5).

Fica evidente como o mercado passa a figurar como parâmetro para a condução dos aspectos sociais, o que inclui as políticas educacionais. Em outras palavras, tudo será proposto por ele e para ele, enquanto os demais setores, como a esfera pública, terão que se adequar às imposições, num processo de subordinação do público ao privado, típico das sociedades capitalistas.

Com a incorporação dos princípios neoliberais nas políticas públicas educacionais, elas passam a ser orientadas por uma racionalidade empresarial, em virtude de os empresários atuarem diretamente junto ao Estado nas casas legislativas. Seus valores de competição, empreendedorismo, autorresponsabilização, meritocracia, qualidade medida por índices e tantos outros provam que a educação básica passa por metamorfoses quanto a sua finalidade,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



justamente para responder aos anseios dos padrões de mercado, como veremos a seguir nas realidades do Pará e Maranhão.

3 DO PACTO PELA EDUCAÇÃO DO PARÁ AO ESCOLA DIGNA: SIMETRIAS DOS ASPECTOS GERENCIAIS

Conforme destaca Vale (2017), o Pacto pela Educação do Pará decorreu de um esforço de múltiplos setores sociais junto ao governo estadual, envolvendo o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), artistas locais, empresas e tantos outros, com o propósito de unir esforços em prol da melhoria da qualidade da educação básica no estado paraense por meio desse Pacto, que era uma adesão ao pacto do governo federal.

A ideia do governo estadual com essa proposta educacional era fomentar modificações – especialmente na gestão escolar – que pudessem surtir efeitos positivos nos índices, algo que tinha como principal característica as parcerias público-privadas. Desse modo, o setor privado estava inserido em todos os comitês que regulamentavam o Pacto.

Já no caso do Escola Digna, a perspectiva de educação e parcerias era bem similar desde sua oficialização em 2019, já que tinha como “objetivo institucionalizar as ações voltadas à promoção da aprendizagem e articulação com as redes públicas de ensino” (MARANHÃO, 2019). No caso do Maranhão, o Escola Digna acentua uma dinâmica que já ocorria no Pará há mais anos, que é lógica dos acordos entre Secretarias e órgãos interinstitucionais a fim de elevar os índices, que se tornaram uma das prioridades do governo de Flávio Dino (2015-2022).

No seu primeiro ano de gestão, seu governo aprovou o Decreto nº 30.612, de 2 de janeiro de 2015, que Institui o Plano de Ações “Mais IDH” e seu respectivo Comitê Gestor, e deu outras providências (MARANHÃO, 2015), num esforço coletivo que contava com a participação da Secretaria Estadual de Educação. O foco naquele ano era “promover a superação da extrema pobreza e das desigualdades sociais no meio

PROMOÇÃO



APOIO



urbano e rural, por meio de estratégia de desenvolvimento territorial sustentável” (MARANHÃO, 2015).

Quadro 1 - Princípios gerenciais na base da política educacional

Fator gerencialista	Pacto	Escola Digna
Gestão por resultados	Decreto n. 694, de 26 de março de 2013 (PARÁ, 2013a)	III - fortalecimento da gestão escolar democrática da educação pública por meio do desenvolvimento de um modelo de gestão para resultados na aprendizagem, a ser instituído por Decreto do Poder Executivo (MARANHÃO, 2019).
Meritocracia	Decreto n. 695, de 26 de março de 2013 (PARÁ, 2013b)	VI - participação direta da comunidade escolar na eleição dos gestores, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho no âmbito das escolas públicas maranhenses; (MARANHÃO, 2019).
Premiação	Vale (2017)	X - indução à melhoria do desempenho, por meio da concessão de bolsas, premiação e reconhecimento das experiências exitosas; (MARANHÃO, 2019).

Fonte: Elaborado pelos autores com base em informações sobre o Pacto pela Educação do Pará (PARÁ, 2013a, 2013b; VALE, 2017) e o Escola Digna (MARANHÃO, 2019).

Em relação à gestão por resultados, os casos do Pará e Maranhão reafirmam como os índices passam a ser a grande meta de preocupação desses governos estaduais. Por exemplo, temos o Decreto n. 694 de 2013 e o inciso III da Lei n. 10.995, de 11 de março de 2019, que alteram a organização da escola básica, fazendo com que assumam aspectos similares aos da gestão do setor privado (MARANHÃO, 2019).

A meritocracia, por sua vez, parte da lógica neoliberal de pensar o desenvolvimento da sociedade por meio da educação, enfatizando os valores do esforço individual. No caso dos gestores escolares, esses deveriam fazer o máximo, mesmo que não houvesse condições reais para que a escola tivesse sucesso. Sobre isso, também Vale (2022, p. 29) indica que “A meritocracia poderia ser importante se todos tivessem o mesmo ponto de partida, o que não acontece nas sociedades capitalistas”.

Em relação à premiação como estímulo ao sucesso, há o fomento oficializado desse aspecto da gestão gerencial na realidade das escolas públicas porque a

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

competição como fator de progresso seria garantia de êxito. Evidentemente, essa ideia não é verdadeira, uma vez que desconsidera as diferenças entre formação de professores, salários, estrutura das escolas e demais facetas que encobrem vertentes do mercado, com o pretexto em torno da oferta de prêmios, como se fosse algo pedagogicamente coerente. Na verdade, a premiação acaba por estimular competição e o estabelecimento de critérios competitivos para ocupar cargos de gestores escolares, favorecendo ainda mais a racionalidade mercantil (VALE, 2017).

4 CONSIDERAÇÕES

O gerencialismo foi intensificado no Brasil nos anos 1990 sob o discurso de modernização e competição no cenário nacional e internacional, pois, supostamente, essa seria a melhor forma de gerir e gerar resultados. Esse movimento implicou a gestão das escolas públicas, que tiveram sua organização alterada para um perfil de gerente controlador de metas. Nesse viés, as políticas públicas educacionais passaram a ser orientadas por uma racionalidade mercantil em que os números elevados deveriam representar positivamente a qualidade.

Nos dois casos analisados, em um estado da região Norte e um no Nordeste, sendo estes o Pará e o Maranhão, respectivamente, as ações dos governos estaduais recentemente revelam como o gerencialismo se faz presente na educação básica pública, em especial, na gestão, de modo que é possível visualizar como o “Pacto pela Educação do Pará” e o “Escola Digna” são programas pautados pela lógica neoliberal.

Em ambos os casos, identificamos simetrias quanto à valorização dos aspectos gerenciais, isto é, o fomento da gestão por resultados, meritocracia e premiação. Nesse cenário, os gestores escolares devem se submeter a uma lógica típica do mercado, que exige um perfil de gestor comprometido com o controle da equipe, esforço individual e competição permanente entre os sujeitos, com a suposta finalidade de garantir a melhoria da qualidade da educação, porém, mascarando uma

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

subordinação dos princípios pedagógicos processuais a números de avaliações pontuais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. (Constituição [1988]). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, DF: MRAE, 1995.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 4. ed. Cortez. São Paulo, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. São Paulo: Atlas. 2002.

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARANHÃO. **Decreto nº 30.612, de 2 de janeiro de 2015**. Institui o Plano de Ações “Mais IDH” e seu respectivo Comitê Gestor, e dá outras providências. São Luís: Assembleia Legislativa do Maranhão, 2015.

MARANHÃO. **Lei nº 10.995, de 11 de março de 2019**. Institui a política educacional “Escola Digna”, e dá outras providências. São Luís: Assembleia Legislativa do Maranhão, 2019.

PARÁ. **Decreto nº 694, de 26 de março de 2013**. Institui o Comitê de Governança Estadual e os Comitês de Governança Regionais do Pacto pela Educação do Pará, e dá outras providências. Belém: Assembleia Legislativa do Pará, 2013a.

PARÁ. **Decreto nº 695, de 26 de março de 2013**. Estabelece critérios para o exercício das funções de Diretores e Vice-Diretores das Escolas da Rede Estadual de Ensino a serem adotados pela Secretaria de Estado de Educação e dá outras providências. Belém: Assembleia Legislativa do Pará, 2013b.

PARO, V. H. Implicações do caráter político da educação para a administração da escola pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.28, n.2, p. 11-23, jul./dez. 2002.

PERONI, V. M. V.; CAETANO, R. M.; VALIM, P. L. Neoliberalismo e Neoconservadorismo nas políticas educacionais para a formação da juventude

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



brasileira. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 15, n. 36, p. 1-23, ago. 2021.

SANTOS, T. F. A. M. **Palestra sobre Max Weber**: ministrada na Escola do Trabalho da UFPA; Belém, 6 de março de 2013 [texto transcrito]. Belém: [s. n.], 2013.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Santa Vitória do Palmar, v. 1, n. 1, p. 1-15, jul. 2009.

VALE, C. **Subsunção do público ao privado na educação paraense**. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

VALE, C. **A educação como negócio social na Amazônia brasileira**. 199 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

PROMOÇÃO



APOIO

